

continuação		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.					Saldos 2018			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos	Ativo	Cessão Onerosa	AFAC	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Debêntures (a)	60.580	95.520	184.323	219.787	534.500	28 (c)	-	-	44 (c)	
Fornecedores e outras contas a pagar	9.986	96.486	-	-	-	5 (c)	-	-	19 (c)	
Obrigações com o poder concedente	364	-	-	-	-	-	-	-	99 (d)	
Mútuos cedidos à terceiros	-	-	-	-	180.082	-	64.873 (f) (g)	-	-	
(a) Valores brutos dos custos de transação. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido de R\$ 78.213, substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já realizados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.						Total circulante, 31 de dezembro de 2018				
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras						Total não circulante, 31 de dezembro de 2018				
Caixa e bancos	3.446		1.341		-		742.862 (a)		184	
	3.446		1.341		-		742.862		-	
	2018		2017		-		742.862		184	
Aplicações financeiras	16.803		52.561		-		-		-	
Fundos de investimentos	16.803		52.561		-		-		-	
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,47% do CDI, equivalente a 6,34% ao ano (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).						Saldos 2017				
7. Contas a receber						Ativo				
Pedágio eletrônico (a)	15.327		15.687		-		AFAC		Fornecedores e contas a pagar	
Receitas acessórias (b)	190		51		-		-		-	
	15.517		15.738		-		-		-	
	(58)		(21)		-		-		-	
	15.459		15.717		-		-		-	
	2018		2017		-		-		-	
	15.403		15.714		-		-		-	
	39		3		-		-		-	
	17		-		-		-		-	
	37		-		-		-		-	
	21		21		-		-		-	
	15.517		15.738		-		-		-	
(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) A Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.						Controladora CCR S.A.				
8. Imposto de renda e contribuição social						Outras partes relacionadas				
a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:						ViaQuatro				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(10.596)		(112.438)		-		2 (c)		11 (c)	
Alíquota nominal	34%		34%		-		11 (c)		12 (c)	
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	3.603		38.229		-		-		123 (d)	
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	(176)		(86)		-		-		164	
Despesas indedutíveis	(2)		55		-		-		-	
Outros ajustes tributários	(178)		(31)		-		-		-	
	3.425		38.198		-		-		-	
	32%		34%		-		-		-	
b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:						Total circulante, 31 de dezembro de 2017				
	3425		38198		-		577.862		-	
	2017		2018		-		577.862		164	
	32%		34%		-		-		-	
Reconhecimento no resultado Outros (*)						Total, 31 de dezembro de 2017				
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	370.879	703	(81.957)	289.625	289.625	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	207	46	-	253	253	-	-	-	-	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	19	12	-	31	31	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	67	250	-	317	317	-	-	-	-	-
Constituição da provisão de manutenção	773	2.192	-	2.965	2.965	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(23.401)	222	-	(23.179)	6.514	(29.693)	-	-	-	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	348.544	3.425	(81.957)	270.012	299.705	(29.693)	-	-	-	-
Compensação de imposto	-	-	-	-	(29.693)	29.693	-	-	-	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	348.544	3.425	(81.957)	270.012	270.012	-	-	-	-	-
(*) Refere-se à cessão de créditos de prejuízos e bases negativas do RodoAnel Oeste para a SPVias e CCR, conforme permitido pelo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela lei nº 13.496/2017.						11. Ativo Imobilizado				
Saldo em 2017						2017				
	Reconhe-	Ativo	Passivo							
	cido no	Valor	fiscal	fiscal						
	2016	Líquido	diferido	diferido						
	2016	result	Líquido	diferido						
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	334.832	36.047	370.879	370.879	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	204	3	207	207	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	24	(5)	19	19	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	47	20	67	67	-	-	-	-	-	-
Constituição da provisão de manutenção	608	165	773	773	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(25.369)	1.968	(23.401)	7.104	(30.505)	-	-	-	-	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	310.346	38.198	348.544	379.049	(30.505)	-	-	-	-	-
Compensação de imposto	-	-	-	(30.505)	30.505	-	-	-	-	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	310.346	38.198	348.544	348.544	-	-	-	-	-	-
(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:						12. Intangível				
2019					1.643					
2020					3.914					
2021					6.209					
2022					9.301					
2023					9.553					
de 2024 a 2026					53.584					
de 2025 a 2029					89.999					
de 2030 a diante					115.424					
Total					289.627					
(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.						13. Diferido				
9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão						Taxa média anual de amortização %				
Circulante	73.578		73.578		-		2017		2018	
Não circulante	1.355.061		1.428.639		-		-		-	
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 73.578 (R\$ 73.578 no mesmo exercício de 2017). Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.						Custo Amortização Líquido				
10. Partes relacionadas						Custo Amortização				
Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chaves da administração e outras partes relacionadas.						2017				
Transações 2018						2018				
	Ativo	Passivo								
	Serviços prestados	Receitas financeiras	Despesas financeiras							
Controladora CCR S.A.	246 (b)	-	1.042 (g)							
Outras partes relacionadas										
SPVias	-	116 (f)	-							
Samm	213 (e)	-	-							
CPC	1.590 (d)	-	-							
Total	2.049	116	1.042							
Transações 2017						2017				
	Serviços prestados	Imobilizado/intangível	Receitas financeiras	Despesas financeiras						
Controladora CCR S.A.	237 (b)	-	-	24 (b)						
Outras partes relacionadas										
AutoBan	-	-	11.312 (h)	-						
NovaDutra	-	-	613 (h)	-						
ViaOeste	-	-	1.665 (h)	-						
Encalso Construções Ltda.	-	-	-	5.841 (i)						
CPC	1.194 (d)	133 (d)	-	-						
Total	1.431	133	13.590	5.865						
Saldos 2018						Saldos dos custos a apropriar 2018				
	Ativo	Passivo								
	Contas a receber	Cessão Onerosa	AFAC	Fornecedores e contas a pagar						
Controladora CCR S.A.	-	17.200 (g)	-	19 (b)						
Outras partes relacionadas										
AutoBan	6 (c)	-	-	3 (c)						
Taxa efetiva de custo de transação incorridos						Vencimento final				
	Série	Taxas contratuais	Custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos						
1. 4ª Emissão - Série única	108,00% do CDI	0,0986% (a)	1.353	-	Maio de 2018	-	277.930 (b)			
2. 6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,0760% (a)	3.171	2.516	Abril de 2024	807.711	804.800 (b)			
Total geral				2.516				807.711	1.082.730	
Circulante						Não circulante				
Debêntures						Debêntures				
Custos de transação						Custos de transação				
						800.001				
						800.001				
						(1.910)				
						(2.516)				
						798.091				
						797.485				
(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Garantia: (b) Aval/ fiança corporativa da controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária indireta.										

2018		2017	
Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
2020	32.000	-	-
2021	124.000	-	-
2022	168.000	-	-
2023	112.000	-	-
2024	364.001	-	-
Total	800.001	(807.711)	(1.082.730)

Passivos

2018	2017
Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Debêntures (a)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-
Fornecedores - partes relacionadas	-
Partes Relacionadas - AFAC	-
Obrigações com o poder concedente	-
20.249	15.730

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas e mútuos - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

2018	2017
Valor contábil	Valor justo
810.227	856.758
-	1.085.964
-	1.149.065

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

2018	2017
16.803	52.561

Nível 2: Aplicações financeiras

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicação financeira com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Efeito em R\$ no resultado			
		Vencimentos até em R\$ (3)(4)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	CDI (2)	810.227	(62.615)	(78.269)	(93.923)
Aplicação financeira (Menkar II) (5) (6)	CDI (2)	16.803	1.062	1.328	1.593
Efeito líquido			(61.553)	(76.941)	(92.330)

As taxas de juros consideradas foram (1):

Operação	Risco	2018	2017
Debêntures - 6ª Emissão	CDI (2)	6,40%	8,00%
Aplicação financeira (Menkar II) (5) (6)	CDI (2)	8,00%	9,60%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) a abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente: Outorga variável: Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou de 1,5% sobre receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente. No decorrer do exercício de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.972 referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.969 no exercício de 2017). **b. Compromissos vinculados à concessão:** Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2018 esses compromissos estavam estimados em R\$ 470.498 (R\$ 488.643 em 31 de dezembro de 2017). Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

2018	2017
Mútuos com terceiros	-
Cessão onerosa - partes relacionadas	(81.957)
Impostos diferidos	81.957
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(95.629)
Mútuos com partes relacionadas	95.629
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	95.629

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

2018	Mútuos - partes AFAC - partes relacionadas		Total
	Debêntures	relacionadas	
Saldo Inicial	(1.082.730)	(577.862)	(1.660.592)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(50.000)	(50.000)
Pagamentos de principal e juros	343.158	51.042	394.200
AFAC	-	(165.000)	(165.000)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	343.158	1.042	179.200
Outras variações			
- Despesas com juros, variação monetária e cambial	(68.139)	(1.042)	(69.181)
Total das outras variações	(68.139)	(1.042)	(69.181)
Saldo Final	(807.711)	(742.862)	(1.550.573)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.** - Barueri - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme nota explicativa 1.1, às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Comitê de Investigação Independente da sua controladora CCR S.A., em conjunto com assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, concluiu em 05 de dezembro de 2018 as investigações relacionadas aos assuntos citados na referida nota explicativa e, seu resultado, foi comunicado ao Conselho de Administração da sua controladora CCR S.A. Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, foi celebrado pela Companhia e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, ainda não homologado judicialmente. Por abrangerem fatos e informações protegidas por segredo de justiça, a Companhia e sua controladora CCR S.A. não puderam nos apresentar a totalidade da documentação suporte e, conseqüentemente, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os possíveis impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de

dezembro de 2018. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão, com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na forma-

